

**O PENSAMENTO DO BISPO NEGRO: DOM JOSÉ MARIA PIRES E SEUS
ESCRITOS AFRICANISTAS (1978-1988)**

Mainara Duarte Eulálio¹

Universidade Estadual da Paraíba

mainaraduarte@hotmail.com

A intenção de se estudar as produções dos intelectuais negros, em especial, os escritos de Dom José Maria Pires, a partir de suas inserções nos saberes históricos sobre a negritude e a busca pela identidade negra, mostra viável a contribuição para as pesquisas sobre os estudos africanistas e da cultura afro-brasileira.

Com essa pretensão, fizemos um estudo já concluído das análises dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires entre o período de 1978 a 1988, como trabalho acadêmico de conclusão do curso de História da Universidade Federal da Paraíba. Contudo, o presente artigo não poderá abranger todos os documentos desse período, mas sim, expor algumas análises críticas dos discursos africanistas desse bispo negro frente às questões étnico-raciais existentes dentro da conjuntura política e social durante essa época no país.

O que nos chamou a atenção para pesquisar sobre seus escritos, em especial os africanistas, foi a pouca existência de trabalhos historiográficos envolvendo a análise temática das questões étnico-raciais na obra desse intelectual negro e, pela importância que foram seus escritos para o Brasil e, principalmente, para Paraíba durante os anos de abertura política.

Diante dessa questão, os escritos africanistas analisados nesta pesquisa, focam os temas sobre o preconceito racial, a negritude, a cultura afro-brasileira e a afirmação da identidade nacional, inseridos no sistema sócio-econômico e na política ditatorial do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Suas produções destacam também, a necessidade de

¹ Aluna da pós-graduação em Lato Sensu do curso de Especialização em História e Cultura afro-brasileira pela Universidade Estadual da Paraíba.

agentes políticos e sociais deslocarem-se “do centro para a margem”², para assim, conhecer a realidade dos que estão à margem da sociedade.

Dessa forma, o presente trabalho tem a pretensão de pesquisar as contribuições dos escritos deste bispo negro sobre as relações étnico-raciais no Brasil e, em especial, na Paraíba, entre 1978 e 1988. A partir daí, tentar apresentar alguns dos pressupostos que o levaram a lutar pelas questões raciais, e quais foram os meios utilizados para expandir a Teologia da Libertação juntamente com a questão étnico-racial presente nesse período.

A análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires, valeu-se de ampla documentação encontrada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB). Entre 1965 a 1995, durante o período como Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires registrou trinta e três escritos sobre o negro no Brasil. Estes tratavam de questões que dizem respeito à questão do negro na sociedade brasileira. Dentre essas trinta e três produções, vinte e oito foram produzidas e, algumas publicadas em jornais da época, periódico e livros, nos anos entre 1978 e 1988. Os artigos, os prefácios para publicações em livros, a Homilia, o Sermão, o debate e a palestra são documentos datilografados em folhas padronizadas da Arquidiocese da Paraíba. Já as entrevistas estão documentadas na coleção recortes de jornais da época, como *O Momento*, *O Norte*, *Folhetim*, *Kosmos*, *O São Paulo*, *O Dia* e ao periódico *Anais*, revista católica. Esse acervo, somados a uma bibliografia selecionada, compõem o campo satisfatório para o objetivo da pesquisa realizada.

1. Situando os escritos africanistas

A instituição católica sobreviveu e sobrevive até hoje, devido há várias mudanças internas e externas adaptadas às conjunturas políticas e sociais da época. É

² Expressão usada no livro de Dom José Maria Pires que publica uma coletânea de conferências, discursos, artigos, depoimentos, sermões e cartas pastorais com diversos temas. Ver: PIRES, José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.

nesse sentido, que a Igreja utiliza formas de estratégias que delineiam as transformações, não só no catolicismo, como também, na sociedade.

Nos três primeiros séculos da colonização do Brasil, o catolicismo estava ligado ao plano português de formação de uma única unidade. Com o advento da República, a instituição eclesiástica separa-se do Estado e, na metade do século XX, a Igreja popular surge com nova ideologia teológica.³

Dentre as mudanças ocorridas no meio eclesiástico, a Teologia da Libertação marca a história do catolicismo brasileiro no final da década de 1950 e início dos anos 60, possibilitando o diálogo entre a religião e a sociedade com diversos pontos de convergências. Isso diferencia ao que aconteceu no início da Primeira República, onde o processo de romanização da Igreja católica voltou mais para organização interna da instituição, do que das ações políticas, econômicas e sociais ligadas à classe marginalizada do Brasil.

Não só com essa relação entre a Igreja popular e o povo oprimido que o negro brasileiro encontrou meios para lutar contra o racismo. Mas, também, a partir das crescentes mobilizações da década de 1960 que estiveram ligadas à construção de políticas referentes às questões específicas de cada grupo social. No caso do negro, a luta contra o racismo, deu início à formação da identidade nacional. Para Baptista (2002), foi com o aumento das mobilizações de grupos específicos nos anos 60, que houve a concepção para mobilizar a sociedade sobre as questões raciais. No entanto, isso só veio se intensificar na década de 1970, sob a conjuntura nacional de repúdio ao autoritarismo e, ao processo de reabertura política do país. “Os anos 70 vão marcar o momento em que vários segmentos minoritários da sociedade vão iniciar sua luta pelo reconhecimento das desigualdades sócio-econômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações afro-descendente e indígena” (BAPTISTA, 2002, p.32). Visto

³ Sobre essa temática ver a Dissertação de Roberto Barros e a Tese de Lúcia de Fátima Guerra. DIAS, Roberto Barros. *Deus e a Pátria: Igreja e estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese na Paraíba 1894/1910*. 1994. 382 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

que esse discurso nasce com ideal democrático, onde as questões das desigualdades socioeconômicas estão entrelaçadas às desigualdades raciais.

As décadas de 1970 e 1980 se inseriram numa conjuntura nacional de contestação do autoritarismo e de abertura política vivenciada pela sociedade civil. Os anos de 1970 foram marcados pela mobilização de vários segmentos populares que deram início a luta contra as desigualdades socioeconômicas e culturais, sobretudo no que diz respeito às populações negras. Nesse período, a questão racial passou a ser o fator importante nos discursos dos movimentos sociais, e o conceito de raça teve um viés mais sócio-cultural do que biológico.

2. “Dom Zumbi” e a nova Teologia

Ao trabalhar a figura de Dom José Maria Pires como agente negro da transformação social, podemos perceber a abrangência de relações, manifestações, indagações e respostas às questões políticas e sociais frente à conjuntura do Brasil nos anos da ditadura, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, e a atuação da Igreja popular sobre esses assuntos.

Dom José Maria Pires nasceu no ano de 1919 em Córregos, Minas Gerais. Sua formação foi construída no meio de padres e bispos brancos. Sendo bispo de Araçuaí de 1957 a 1964, e a partir de 1965, período de forte repressão militar nacional, foi ordenado como Arcebispo Emérito da Paraíba até o ano de 1995. Durante os trinta anos como Arcebispo da Paraíba, foi forte a presença de Dom José Maria Pires na luta pela afirmação da liberdade, da conquista sobre elementos diversos para o povo oprimido e, a busca de solidariedade e fraternidade nas relações humanas no Estado da Paraíba. Ele, também, participou do Concílio do Vaticano II, onde teve início à colaboração para formação da Igreja popular, integrou a Delegação Brasileira da Celam, de Medellín e de Santo Domingo, e representou a CNBB na Conferência Mundial das Religiões para a Paz em 1989 em Melbourne na Austrália.

Dom José Maria Pires, devido à sua postura progressista, foi criticado dentro e fora da Igreja. Ele foi um Arcebispo diferente, e seu apostolado em João Pessoa esteve circundado de simbolismo. Negro, Dom José ficou conhecido como “Dom Pelé”, depois

ganhou o apelido de “Dom Zumbi”, por lutar pelas questões raciais e, com isso, simbolizar o líder da revolta do Quilombo dos Palmares. Ao lado de Dom Hélder Câmara, lutou por uma Igreja participativa, defendendo índios, negros, trabalhadores do campo, pobres, e respeitando as culturas adversas à religião católica, como a cultura africana.

Em entrevista concedida ao pesquisador Mauro Passos, Dom José Maria Pires mostra o momento em que firmou sua posição contra a violação dos direitos humanos.

O período de conversão foi a minha ida para o Nordeste. Os fatos que provocaram essa conversão aconteceram quando eu, ainda, estava em Araçuaí (MG). Foram dois: a realização do Concílio Vaticano II, que deu outra visão de Igreja. O Vaticano II criou um clima de maior participação – participação e comunhão. O outro fato que provocou essa conversão, no momento em que entrei na realidade do Nordeste, foi exatamente o Golpe de 1964, que atingiu profundamente os direitos humanos! E, já em Araçuaí, eu comecei a reagir diante dessas violações dos direitos humanos: prisão de pessoas, prisão de suspeitos, torturas. A primeira impressão que eu tive foi muito, eu diria, chocante! Por que eu deixei o Nordeste de Minas e fui para o Nordeste do Brasil. No Nordeste de Minas, praticamente não havia nenhuma organização de povo, os fazendeiros faziam o que bem entendiam. Havia começado o sindicato dos trabalhadores rurais, só estava começando. Enquanto no Nordeste já havia uma experiência política bastante forte do povo, das Ligas Camponesas, que foram muito massacradas pelos representantes da ditadura, mas que estavam no coração do povo.⁴

Essa declaração assinala o contexto que Dom José Maria Pires esteve inserido na vinda para a Paraíba, explicitando a intolerância política vigente no regime militar, a partir das torturas vivenciadas em Araçuaí. E, depois, pela efervescência das mobilizações no campo, pelas Ligas Camponesas, que aproximou o bispo da realidade social do Nordeste brasileiro, em especial, a Paraíba, onde teve maior contato com a população desse Estado.

Sua chegada à Paraíba influenciou, de certa maneira, o novo olhar para os projetos da Igreja popular no Nordeste brasileiro. Seus escritos, pastorais e litúrgicos, dialogavam com a perspectiva de um mundo liberto da opressão política militar e repercutiam na sociedade como meio de luta necessário para a mudança desse governo.

⁴ Entrevista concedida a Mauro Passos em 29/04/2001. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiincontro/textosIntegra/MauroPassos.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2009.

Desse modo, sua experiência de oposição foi relevante para o processo de conscientização política e de profetismo religioso.

Para Dom José Maria Pires, a luta pela causa dos marginalizados na sociedade, era questão de respeito ao próximo e reconhecimento de seus direitos. Isso, ele afirma no discurso pronunciado em Governador Valadares, Minas Gerais. “Sou um homem comprometido com a causa dos pobres. Meu compromisso não é nem de dar esmolas nem de aconselhar resignação aos pobres: é de lutar para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. Para mim, defender os direitos humanos significa defender os direitos do pobre” (PIRES, 1978, p.155).

Dessa forma, através da pessoa de Dom José Maria Pires, pode-se perceber a concretização da Teologia da Libertação e a visão do cristianismo centralizada no serviço, na vida dedicada ao outro, no engajamento e no diálogo com o processo histórico transformador.

3. Humanização e Consciência

Para Dom José Maria Pires, a conscientização da população sobre as questões sociais é fundamental para conseguir uma melhoria de vida da sociedade oprimida. Tal ambição, realizada através de mobilizações com a classe menos favorecida, juntamente com uma política voltada para inserção dos oprimidos na sociedade brasileira, alcançaria a humanização e os direitos como cidadãos.

É nesse sentido, que seus escritos estão voltados para a conscientização da negritude, como meio de informar a importância do afro-brasileiro para formação identitária do Brasil.

Para isso, os artigos “O Dia da Consciência Negra” (1987) e “Consciência Negra” (1988), e a entrevista concedida ao periódico *Anais* da revista católica de São Paulo em 1982, servem como fontes documentais para o estudo pormenorizado do debate sobre a consciência negra e a inserção do negro na sociedade. A maioria desses escritos foram datilografados e assinados por Dom José Maria Pires no dia em que foi escrito.

“O Dia da Consciência Negra”, é o título de alguns dos seus artigos que retomam a questão racial no Brasil. Esse documento possui duas páginas datilografadas pelo escritor no dia 19 de novembro de 1987, numa folha personalizada pela Arquidiocese da Paraíba. Nesse artigo, Dom José Maria Pires iniciou o relato do seu dia no Dia da Consciência Negra e, a importância dessa data para tomada de consciência e questionamentos sobre a inserção do negro na sociedade, sem esquecer a pouca presença do negro no meio eclesiástico e nos cargos mais altos. Para ele, esse dia é motivo para a população brasileira se orgulhar da contribuição que os negros africanos deram para a formação da identidade sociocultural do país. Como disse a seguir:

Hoje é dia de todos os negros recordarem, com orgulho, a contribuição que nossos antepassados vindo da África deram para a construção da nacionalidade. Isto se fez à custa de muita lágrima, suor, sangue e vidas. Mas o que resta de nosso passado foi feito com a força do braço negro. E, quer se queira quer não, os vestígios da cultura negra mostram-se presentes em toda parte. Nós, negros, não devemos admitir nenhum complexo de inferioridade porque nossos pais foram feitos escravos.⁵

Para finalizar seu pensamento sobre esse dia, ele comparou a escravidão dos negros nos séculos passados com a escravidão no presente. Acredita que a escravidão “continua e com a agravante de que hoje não é só para o negro. Negros e brancos são escravizados a um sistema que arvora num objetivo principal”.⁶ No entanto, para Dom José Maria Pires, o sistema econômico vigente submete o povo pobre e oprimido a relações anti-sociais.

Em 18 de novembro de 1988, Dom José Maria Pires utilizou o jornal paraibano *O Momento*, para publicar o artigo “Consciência Negra”, sobre a comemoração do Dia da Consciência Negra. Nesse escrito, ele iniciou criticando a Historiografia Oficial brasileira, na medida em que a História enfoca os acontecimentos pela ótica dos opressores, e esquece a História feita pela classe oprimida. Ele apontou a seguinte questão:

⁵ AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (43) Arquivo pasta 14).

⁶ Ibidem.

A historiografia oficial brasileira assim como parte da extra estão a serviço do sistema econômico político-sócio-cultural vigente. Para isso elas registram a história a partir da ótica dos opressores. Por estas razões, subtraem-se da história o povo e os seus líderes. Por outro lado, em cada página encontram-se super-heróis forjados e destaques para alguns populares traidores da sua raça/classe e evidências para o povo enquanto massa de manobra.⁷

Em seguida, destacou que as leituras bíblico-teológicas que precedem Medellín, junto a Historiografia Oficial, também foram alimentadas pelo sistema econômico, político e sócio-cultural da época. Entretanto, ele ressaltou que, “tudo isso não está impedindo o crescimento numérico e qualitativo de uma historiografia do oprimido nem o incremento combativo da raça negra”.⁸ É a partir disso, que Dom José Maria Pires expôs a História de Zumbi dos Palmares como agente principal da História pela luta da libertação dos escravos.

Para Dom José Maria Pires, foi através desse compromisso libertador, que fez o dia do assassinato de Zumbi ser reconhecido e consagrado pelo o Dia da Consciência Negra no Brasil. Para ele, essa data significa “um grito de protesto da raça negra contra a injustiça a que fomos e somos submetidos e é também um anúncio profético de uma raça que ressurgue com seus antepassados reconquistando a liberdade sonhada”.⁹ Porque, segundo “Dom Zumbi”, como negro cristão, reconheceu o pecado da Igreja quando foi infiel ao Deus libertador através da traição ao projeto de salvação da raça negra. E que o apelo de Deus, perante a Igreja, foi concretizado pelo libertador Zumbi e por Jesus ressuscitado.

Em seguida, concluiu que,

Para nós, os negros, Zumbi não é assombração, porém um HERÓI DA LUTA LIBERTÁRIA DA RAÇA NEGRA. A sua história não é apenas um retrovisor que nos faz olhar para o passado, todavia, e sobretudo, um questionamento, um apelo e um incentivo para darmos um passo seguro, hoje, na busca e edificação do futuro. É muito mais: uma convocação de fidelidade à raça, à classe, na perspectiva da construção de uma sociedade à luz dos quilombos”.¹⁰

⁷ AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (49) E 21 Cx. 05).

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

Diante dessa afirmação, percebe-se a firmeza que o Arcebispo da Paraíba tinha ou tem com relação à questão da negritude presente na formação da sociedade brasileira, como também, a construção desta, sob a estrutura social vivida nos Quilombos. Ou seja, dispendo de liberdade e igualdade para todos.

O terceiro documento analisado é uma pequena entrevista contendo quatro laudas concedidas ao periódico Anais da revista católica de São Paulo no dia 10 de novembro de 1982. Durante a matéria, Dom José Maria Pires falou sobre o seu livro *Do centro para a margem*, e da sua trajetória antes de chegar à Paraíba. Para ele, a escolha do título desse livro remeteu o seu trajeto até tornar-se Arcebispo da Paraíba. Porque, através do seu contato com a população pobre de Araçuaí, e as injustiças sociais ocorridas em João Pessoa, refletiram-lhe a importância de deslocar-se do centro, os cargos de renome para sociedade (como o bispado), até a margem (a classe oprimida). Ou seja, voltar-se para tentar resolver os problemas mais urgentes que a sociedade paraibana necessitava na época.

Ainda nessa entrevista, Dom José Maria Pires expôs o que acha sobre a representatividade da consciência negra no início da década de 1980. Para ele, é a consciência negra do Zumbi que torna o elemento primordial para despertar essa consciência. Concomitantemente, criticou a instituição eclesiástica por não ter atuado na formação da negritude brasileira, mas, sim, sendo conivente a escravidão e aos preconceitos raciais até o Concílio do Vaticano II. Em seu relato apresenta que,

Foram exatamente os negros que se sentiram mais marginalizados pela própria Igreja e que conseguiram estudar um pouco e foram se unindo de modo que os grupos negros que existem no Brasil, com exceção dos mais recentes, são geralmente anticlericais. Isto porque eles não encontraram na Igreja o apoio.¹¹

Com relação ao racismo brasileiro, Dom José Maria Pires acredita que, “no Brasil, o racismo continua, e é muito forte, embora não seja violento na sua aparência.

¹¹ AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (242) Arquivo pasta 23).

Mas ele existe. Ele não tem aquela virulência do racismo da U.S.A., mas, ele existe e, está aí por toda parte”.¹² Para o Arcebispo da Paraíba, o racismo é aplicado no Brasil de forma camuflada para poder crer na existência da democracia racial no país.

Em seguida, falou sobre a importância do movimento da consciência negra, e sua participação na luta por essa causa. Veja o que disse:

Há diversas maneiras de pertencer. Até poucos anos, eu, embora reconhecendo minha raça e não tendo vergonha de ser chamado negro, não pertencia a nenhum movimento a nenhum grupo organizado. Foi a partir de 1980 que começaram a ser organizados grupos de reflexão dentro da própria Igreja. Temos grupos já em diversos Estados. E eu pertencço a um grupo que existe em João Pessoa. Mas, o que mais me tem preocupado é a maneira de ajudar os negros que estão, de certo modo, mais perto de mim.¹³

Esse grupo ao qual Dom José Maria Pires faz referência é a Pastoral do Negro na Paraíba, criada para atender as necessidades dessa população e no intuito de formar grupos pastorais para a conscientização da questão do negro inserido na sociedade brasileira.

Portanto, o que mais preocupou Dom José Maria Pires foi a forma como trabalhar a questão da negritude dentro da Igreja. Segundo ele, a importância de espaços na sociedade facilita o encontro para discussões e reflexões sobre a formação da consciência negra. Com esse pensamento, o Arcebispo da Paraíba pretendeu criar um espaço na Paraíba que servisse como lugar para os negros se encontrar, debaterem discussões recorrentes da contemporaneidade da época, espaço para as místicas e oportunizar os negros a desenvolver mais consciência de negritude.

Para o período, essas propostas eram renovadoras, principalmente, se partindo de um negro, Arcebispo da Igreja católica paraibana. Contudo, esses trabalhos desenvolvidos junto à população negra da Paraíba trouxeram repercussões positivas e benéficas para sociedade paraibana e, em especial, a negra, num período bastante difícil para incluir questões que vão ao desencontro das classes dominantes.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

- Referências Bibliográficas

1. Fontes Documentais

a) Artigos:

O Dia da consciência negra; In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (25) E 21 Cx. 05).

Consciência negra; In: AEPB. Fundo Chancelaria, coleção: Recorte de Jornais, assunto: Produção intelectual de Dom José Maria Pires (C: CRJ / 37 (49) E 21 Cx. 05).

b) Entrevista:

Periódico Anais; In: AEPB. Fundo Chancelaria / Série: Documentação dos Bispos / Sub-série: Pronunciamentos / (C: f/5 (242) Arquivo 1, pasta 23).

c) Livro:

PIRES, José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.

2. Bibliografia

BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. 2002. 67 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: Direitos Sociais e Direitos Humanos (1960-1970)*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 193-231.

DIAS, Roberto Barros. *Deus e a Pátria: Igreja e estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. 2008. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese na Paraíba 1894/1910*. 1994. 382 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

PASSOS, Mauro. *Uma Igreja a caminho: o movimento político-religioso na Arquidiocese da Paraíba (1968-1980)*. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiincontro/textosIntegra/MauroPassos.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2009.

VELÔSO, Ricardo Grisi. *Catálogo da produção intelectual de Dom José Maria Pires*. João Pessoa: mimeo, 1997. Trabalho final do II Curso de Especialização em Organização de Arquivos, UFPB.